



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

ATA DA 183ª REUNIÃO ORDINÁRIA e 1ª REUNIÃO DESCENTRALIZADA COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 29 (vinte e nove) dias do mês de fevereiro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no período das 09h às 12h, de forma presencial e virtual – Plataforma teams. Participaram os conselheiros titulares e suplentes como segue: Nubia Elias Santos (SES -virtual), Vanessa Lopes Munhoz (CVS- virtual), Alexandre Prado Avilez (DENARC), Juliana V. Quarenta (FUSSP – virtual), Rogério Augusto da Silva (PGE), Marcos Paulo de Oliveira Alves e Vera Lucia Bagnolesi (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Jaelson Numes Magalhães e Luis Carlos Ribeiro Mendes (S. Esporte), Deise Guelfi (SECEIC - Virtual), Eliana Borges G.R. da Silva e Paulo H. Bonfim Xavier (SEDS), Jiane da Penha Caldeira (SDE), Claudia Pietro Contento (SDUH-virtual), Luciléa Correia Rocha (SEDUC – virtual), Vera Lucia S. Martins (IMESC), Jurema Reis C. Panza (FDE -virtual), Natache K.C. de Oliveira (F.Casa – virtual), Solange A. Nappo (CEBRID – virtual), Sumaia Inati Smaira (UNESP- virtual), Sebastiana S. Fontes (ABRAMD – virtual), Ed Carlos C. de Faria (LEIPSI - virtual), Isabel Ferreira da Silva (ABEAD – aguardando publicação - virtual), Filipe A. Yamaki (PROAD), Lúcia D. Sdoia e Maiquel Gorin (IPH - virtual), Miguel Toirtorelli (FEAE - virtual), Lucas R. Guirado (FEBRACT -virtual), Jorge Artur C. Floriani (REDUC), Renata de Barros B. Naccache (FPA - virtual), Marta Reis e Michele Cury (CEFATEF – presencial e virtual), Andreza do Nascimento Almeida (PBPD), Solange Aparecida Mendes da Silva (OS - virtual), Cecília Galício Brandão (ACUCA), Rodrigo Levin (DPF - virtual), Fernanda Ribeiro A. Bezerra e Isabela Marques G. Lemos (SDHC - virtual), Lisiane Cristina Braecher (MPF), Mariana B. Duarte (DPESP-virtual), Maria do Pérpetuo S. de Nóbrega e Maria Cristina Mazzaia (COREN- virtual), Sílvia de Oliveira S. Cazenave (CRF - virtual), Kalil Bueno Abdalla (CREMESP- virtual), Laura Sahm Shdaior e Maria Angélica C. Comis (CRP - virtual), Cesar Augusto A.P. Garcia (presencial) e Regiane Cristina Ferreira (CRESS - virtual) e Gabriella Arima de Carvalho (OAB - virtual).

Justificaram: Efren E. Colombani (SECECI – justificou no chat), Alessandra Santos Conversani (SAP – e-mail 29/02), Laila Sueiro L. Silva (SDE – e-mail 29/02) e Maurides de Melo Ribeiro (OAB – email 29/02).

Sem justificativa: Sara G. Orsi e Sandra M. Barelli (SES), Nelson Cesar Rosa Vieira e Walter C. Neto (PROERD), Yara N. Toscano (SAP), Ricardo Abrantes do Amaral e Fabio Carezzato (GREA), João Clímaco P. Trindade e Guilherme P. Messa (S.CASA), Thalita Ferreira Dias e Laura de Souza Cury (ACT) e Ana Lúcia Menezes Vieira e Luiz Alberto S. Bevilacqua (MPESP).

Ouvintes presenciais: Marina O. Maia e Thainá M. Baraner (Saúde – Itapeverica da Serra), Ellen S.A. Silva (CAPS AD – Santana de Parnaíba), Erica F. Oliveira (CREAS -Caieiras), Roger Ribeiro (CAPS AD -Guarulhos), Ricardo Teixeira (SJC -S. Paulo)

Ouvintes on-line (conforme lista do teams que registra a presença: Alessandra Cardeal (COMAD -São Bernardo do Campo), Adriano Moises (COMAD -Itatiba), Heloisa Scatone, Ana Teresa J. dos Reis, GCM Marta e Paty.

CONVOCAÇÃO

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos os Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **183ª Reunião Ordinária/Descentralizada – Macro VI Região Metropolitana de São Paulo** a realizar-se no dia **29 de fevereiro de 2024**, no período das 09 às 12h, de forma **presencial, sito Pateo do Colégio, 148 – Auditório Espaço da Cidadania “André Franco Montoro”** e virtual via plataforma teams. Link será encaminhado posteriormente.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

Senhor Conselheiro (a), participando da reunião você está autorizando a gravação da reunião.

PAUTA

1. Apresentação das ações do Governo no âmbito das políticas sobre drogas.
2. Retrato dos Conselhos Municipais sobre Drogas.
3. Caminhos para implantação de Conselhos Municipais sobre Drogas.

Marcos Paulo de Oliveira Alves

Secretário Executivo

Atenção: Conforme Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19

1. § 4º – O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.

2. § 5º - O disposto no §4º deste artigo não se aplica:

3. 1 – à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;

4.2 – à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do CONED.” (N.R.)

Conforme Regimento Interno vigente - Capítulo VI

§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.

§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis após

a reunião

a que se referir

§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

O Secretário Executivo diz que em nome do Secretário da Justiça e Cidadania Fabio Prieto e do Secretário Executivo Raul Christiano da boas-vindas a todos. Dá início a 183ª Reunião Ordinária e Descentralizada com os Conselhos Municipais sobre Drogas e aos outros municípios que não tem conselhos formados da VI Macrorregião (conforme divisão das DRADS) – Região Metropolitana de São Paulo. Pede a dispensa da leitura da Ata anterior. Cita que todos os que estão participando autorizam a gravação da reunião. **Não houve manifestação contrária.** Passa a palavra para a Presidente. Eliana cumprimenta a todos, diz que esta reunião é focalizada nos COMADs. Cita que houve uma força tarefa para realizar o convite aos municípios, saber quais as dificuldades dos conselhos destes municípios. O resultado nos mostrou que existem municípios com um conselho sobre drogas inativos ou nem formados. Fala que se perto de nós encontramos esta situação, imagine nos fundões do estado. Fala que se queremos um CONED fortalecido, precisamos fortalecer os COMADs ou melhor criar COMADs. Pede o resultado do diagnóstico levantado para a reunião. Cita o processo de construção da reunião. Cita que houve reunião com as Diretorias Regionais de Assistência Social-DRADS que são o braço da Secretaria de Desenvolvimento Social. Paulo fez o levantamento do plano municipal de assistência social (traz as habilidades e problemas de cada município). Pelo plano foi levantado os conselhos existentes na região metropolitana – São Caetano do Sul, Juquitiba e Osasco. Fala que a Verinha ainda informou a existência de Mairiporã, Barueri, Embu-Guaçu, Juquitiba, Diadema e São Paulo. Cita que a equipe do Social ligou para as áreas de saúde e assistência social dos municípios. Eliana solicita para Verinha colocar o levantamento feito pela secretaria executiva. Verinha diz que foi elaborado um questionário com algumas perguntas e enviadas aos 39 municípios (para quem tinha conselho e quem não tinha), para os conselhos (existentes), prefeitos, secretários de saúde e assistência social. Cita que a única informação diferente foi de que em um município não havia conselho mais uma comissão que atua com a população em situação de rua e dependentes químicos.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

Eliana diz que o planejamento para esta primeira reunião é o direcionamento da Política sobre Drogas no estado de São Paulo, ações que estão sendo desenvolvidas nos municípios suas potencialidades e suas dificuldades, para que o CONED possa auxiliar na implantação ou reestruturação de um conselho municipal sobre Drogas. **Eliana** chama o município de Caieiras. **Erica** se apresenta. É coordenadora do CREAS e no município não tem COMAD e querem implantar. Diz que é uma cidade pequena, tem uma comunidade terapêutica, Caps adulto e infantil. Cita que o uso de drogas é abusivo entre crianças e adolescentes e que existem locais de cenas de uso. As drogas mais utilizadas são K9, crack (muito forte o uso) e Cocaína. **Eliana** pergunta se já existiu um conselho sobre drogas. **Erica** diz que não. Existem outros conselhos como idoso, CMDCA, Comas, Mulher, Saúde e Direitos Humanos. **Eliana** pergunta se o executivo estaria aberto para uma conversa. **Erica** diz que sim. **Eliana** pergunta como o CONED pode dar suporte para implantação de um COMAD. **Erica** diz que o momento é propício para implantação e o CONED pode dar as orientações e mostrar a importância. **Eliana** chama a representante de Itapeverica da Serra. **Marina** que é da Vigilância Sanitária e que faz fiscalizações nas comunidades terapêuticas. Diz que em 2023 por decreto municipal ficou estabelecido o COMAD. Estamos em fase de colocar em prática. Já constam as indicações. **Eliana** pergunta se já houve um COMAD antes. Ela diz que sim. **Eliana** convida para mesa **Thainá** que é coordenadora de saúde mental do município. **Erica** toma a palavra e diz que o COMAD anteriormente fazia parte da pasta do Social. Cita que este grupo se desfez em 2023. O Conselho mudou para pasta da saúde. Fala sobre a fiscalização das Comunidades terapêuticas. Diz que fecham e eles abrem em outro lugar. **Eliana** pergunta: com a implantação do COMAD quais seriam os maiores desafios do município. **Erica** fala das fiscalizações das Cts, diz que o município está aberto e disposto. **Eliana** explica que Itapeverica fica na região dos mananciais perto da Rodovia Regis Bittencourt descida para o Paraná. Nesta região existem muitas comunidades terapêuticas clandestinas. **Eliana** pergunta quantas comunidades terapêuticas em média são fechadas por ano. **Marina** diz que no mês de fevereiro foram 3. Diz que a interdição não é respeitada. Diz que não existe uma ponte entre a família e o residente. **Lisiane** se apresenta e diz que é do Ministério Público Federal. Diz que precisamos saber se as pessoas que vão para as Cts de onde são. Isso é importante até para pensar em uma solução. Fala que no momento que o local é interditado, tem que chamar a assistência social e esta deverá fazer o encaminhamento das pessoas para o município ou para os outros municípios. Saber o que é feito após a primeira ação porque pode ser tomada uma medida judicial contra essas pessoas. O município pode tomar estas medidas e o ministério público também para que o serviço não seja reaberto. **Lisiane** diz que o equipamento é de interesse da saúde, mas não é da saúde. Fala que esta discussão deveria fazer também com o Estado (Sec. Assistência Social e da Saúde). **Lisiane** fala que outro fator importante é saber como pessoas de outros estados vão para Itapeverica da Serra. Cita que o papel da vigilância sanitária é de muita importância. É preciso respeitar o direito das pessoas. Outro dado que é preciso entender: se o local tem médico, psicólogo... é serviço de saúde -RDC 50. **Maria Cristina** diz que a fala dela vem ao encontro ao da **Lisiane**. Fala que existe uma rede de atenção para acompanhamento do usuário. Cita que esta tem que ser acionada. **Lucas**



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP



diz que é Vice-Presidente do CONED e neste representa a FEBRACT na qual é diretor executivo e também é Vice-presidente da Federação Latino Americana de Comunidades Terapêuticas-FLACT. Diz que cabe esclarecer que é importante que se saiba diferenciar serviços que não são Comunidades Terapêuticas daqueles que são. Diz que recentemente participou de entrevista no fantástico onde a região geográfica mais investigada pela matéria é a citada aqui onde foram encontradas diversas instituições que vão na contramão do que são realmente as Comunidades terapêuticas e da reforma psiquiátrica. Conforme a Lisiane falou as pessoas tem direitos de acessar a família. Diz que tem entidades filiadas a FEBRACT que recebem usuários encaminhados dos próprios Caps AD que todos estes usuários estão referenciados na assistência social. Diz que quer deixar explicitado que todas estas pessoas que estão amarradas e com maus tratos não se referem a comunidades terapêuticas e sim a outros serviços. **Eliana** passa a palavra para **Elen** que diz que é psicóloga e está na direção do CAPS AD de Santana de Parnaíba. Diz que o município tem o Caps ij (infanto juvenil) os serviços atendem usuários do uso de substâncias. Diz que no município tem um decreto com a instituição do COMAD de 2003. Cita que desde que assumiu a direção do CAPS AD tem feito discussões sobre a atuação do COMAD que não é atuante. Fala que existe o decreto com nome de pessoas, mas que não tem participação ativa com relação as ações voltadas a dependência de substâncias. As ações que acontecem saem pela Secretaria de Segurança Pública com apreensão de entorpecentes, da saúde voltadas a prevenção, o que verifica são ações que não são integralizadas. Acha que as ações do COMAD entrariam neste ponto da integralização das ações. Diz que a Secretaria de Assistência social tem contrato com duas clínicas e fazemos o monitoramento das pessoas que estão nestes convênios. Cita que não são CTs e sim clínicas. São elas: Ressurgir e Up Life. Cita que precisamos ampliar as discussões. **Eliana** fala que a **Elen** citou que tem um decreto de 2003, que tem nomeação dos membros, mas o COMAD não está ativo. Pergunta porque ela acha que o COMAD está sem atuação? **Elen** diz que pessoas mudaram (que estavam no decreto), ficou muito a cargo da secretaria da saúde a temática e percebe que é preciso trazer as outras secretarias para se pensar em políticas públicas municipal para uma discussão ampliada. **Eliana** pergunta se o decreto tem os nomes das pessoas ou secretarias e nomes. **Elen** diz que secretaria e nomes e precisam ser alterados. **Eliana** pergunta como o CONED pode ajudar. **Elen** diz que: **provocar**. **Filipe** pergunta como funcionava antes o Conselho. **Elen** diz que não saberia responder pois não estava no município. **Eliana** agradece e diz que as informações são muito importantes. Diz que as vezes os municípios não sabem como criar um decreto. Houve pausa para o café. **Marcos** convida a todos para a foto.





A Presidente retoma a reunião e convida o município de Guarulhos a se apresentar. **Roger** se apresenta. Diz que é psicólogo do CAPS AD. Diz que há anos atendem a dependência química com um CAPS. Cita que agora está previsto a instalação de mais um CAPS AD. **Eliana** pergunta se em Guarulhos existe o Conselho Municipal sobre Drogas. Ele diz que sim. **Eliana** diz que Guarulhos é um dos municípios que tem sofrido reflexos nas questões da política sobre drogas. **Eliana** pergunta quais as principais demandas que chegam no CAPS. **Roger** fala que Guarulhos é um município que tem várias peculiaridades por conta de sua formação geográfica: estradas (Dutra, Fernão Dias, trabalhadores) e ainda tem o aeroporto. Temos um ponto que é uma cracolândia e vários moradores em situação de rua. Cita que existem muitos adolescentes e que fazem uso também de drogas K (2 e 9). Diz que tem o Consultório na Rua para Atendimento. **Eliana** pergunta ao **Roger** como ele sugere a atuação do CONED junto a Guarulhos. **Roger** diz que: 1) maior investimento na formação dos profissionais de saúde, social e educação; 2) Recursos humanos; 3) Integração Inter secretarial para Prevenção, e a Segurança Pública (humanização). Fala que a dependência química tem que fazer parte de todas as esferas profissionais, principalmente a Segurança Pública. **Eliana** agradece pelas colocações. Passa a palavra para **Cecilia** que é vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool de São Paulo-COMUDA. **Cecília** diz que é Conselheira do CONED representando a ACUCA e representa o CONED no COMUDA pela sociedade civil e foi eleita Vice-Presidente. Diz que o mais importante no momento é discutir o que são os conselhos. Fala que fazem parte da democracia participativa que tem entre as suas funções trazer para o poder público as dificuldades da população e contribuir para a proposta de políticas públicas. **Fala inaudível...**

Na sequência ... Podemos decidir para onde vai o dinheiro da política pública sobre drogas. O problema das drogas é um macroproblema político e que tem que ser resolvido pelo governo federal. Diz que Democracia dá muito trabalho e participação da sociedade mais trabalho. Não existe governo sem a sociedade civil. Falando do COMUDA na tentativa de alcançar seu objetivo ou seja orientar o órgão que vai caminhar a política de drogas no município, diz que realizaram no mês de novembro de 2023, a 8ª Conferência Municipal de Política sobre Álcool e drogas. A conferência teve



 5 



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

seu início com as pré-conferências nos territórios do município onde foram colhidos os materiais através dos trabalhadores da rede de assistência, saúde, usuários, autoridades e a população de maneira geral. Fala que esse é um dos papéis fundamentais dos conselhos municipais. Diz que na sua maioria os conselhos são consultivos e não deliberativos e neste papel de construir a necessidade da política de drogas o conselho municipal é o ator. Fala que é importante deixar uma mensagem, de esperança para os conselhos formados e os que tem intenção de se formar que é importante a participação social neste espaço. **Eliana** fala que a **Cecilia** fala por 3 lugares – Conselheira de Conselho Municipal, Estadual e Nacional. Pede a **Cecilia** para colocar para os municípios quais são os principais desafios que no conselho municipal vocês tem enfrentado para fazer o conselho funcionar. **Cecilia** diz que o principal desafio hoje é sobre a estruturação dos conselhos no que diz respeito a participação da sociedade civil pois estes participam (como um trabalho) mas não são remunerados. Isso inviabiliza a participação. Os conselhos não têm dotação orçamentária e é preciso ter dotação orçamentária. O segundo desafio no caso do COMUDA é não ter suplência. **Eliana** passa a palavra para **Marcos** que fala que está Secretário executivo do CONED. Diz que há um espaço institucionalizado do COMUDA no CONED e do CONED no COMUDA. Diz que sobre o COMUDA a **Cecilia** já pontuou. Fala que gostaria de parabenizar a Presidente por trazer para o Conselho (que a plenária debateu muito) os Conselhos Municipais. Diz também que é muito importante a voz do COMUDA no CONED. Cita que uma das grandes preocupações do CONED é ouvir o interior. Temos uma distância enorme dos conselhos do interior. Fala que eventos como este que nos permiti descentralizar e realizar uma troca de experiências, de conhecimento que não tínhamos. Estávamos muito fechados nas nossas discussões. Fala que este novo modelo de descentralização vai nos permitir ouvir a todos.

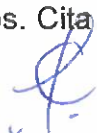

Eliana pergunta para **Cecilia** como transformar e deixar que o conselho se transforme em espaço de discussão, de participação social, e sobre o problema de falta de dotação orçamentária. Pergunta se o COMUDA tem um fundo. **Cecilia** diz que não tem fundo. Diz que cada conselho municipal está ligado a uma secretaria. No COMUDA está na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e toda dotação orçamentária é da secretaria. **Eliana** passa a fala para **Edna** que diz que está assumindo a suplência pela FEBRACT e em cima da fala da **Cecilia** diz que tem alguns pontos que gostaria de pensar junto. Cita que quando estamos falando de conselhos a **Cecilia** trouxe um processo hierárquico que vem das instâncias federais e no debate no CONAD, deveríamos estar pensando o que incomoda muito em termo de conselhos municipais dentro desta instância. Primeiro a **Cecilia** diz que era uma instância consultiva e que nós deveríamos superar este processo, mas não está na instância do município resolver a questão. Outra questão é falar sobre fundo. Acha que a questão orçamentária que a **Cecilia** trouxe para participação da sociedade civil ela é legítima e ultrapassando esta questão deveríamos estar pensando também em fundos que complementassem as políticas que estão em execução. Fala que isto daria um formato para que a questão deliberativa e para a questão da expansão dentro das políticas municipais. Parabeniza a fala da **Cecilia** e pergunta em que patamar nós estamos discutindo este assunto nas instâncias federais porque estamos falando de uma estruturação na legislação que vai

 6 



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

ser fomentado pelo executivo e não pelo legislativo. Diz que na opinião dela, daria um tom para os conselheiros municipais terem o que não temos que é o poder deliberativo. **Cecília** diz que é muito importante quando vamos falar do cenário nacional como estamos discutindo as políticas sobre drogas é importante lembrar que em 2019 tivemos o desmonte do CONAD. A sociedade civil foi excluída e agora está retomando e a primeira reunião que tivemos de fato deliberativa ocorreu em outubro/23. Diz que é importante colocar esta pontuação porque serve para fazer o marco que os conselhos de participação social não são instituições de governo. São instituições de estado. Por esta razão é que precisamos fazer o fortalecimento dos conselhos municipais para que não fiquemos a mercê das mudanças de governo. Diz que democracia do muito trabalho. Fala que no âmbito nacional estão trabalhando com alguns comitês e grupos de trabalho. O primeiro para visitar as legislações. Diz que estão trabalhando muito. **Eliana** passa a palavra para **Andreza** que diz que uma coisa muito importante quando falamos de pessoa usuárias de substância químicas precisamos ficar atentos as terminologias utilizadas. Sabemos que os estigmas quando reforçados contribuem para a exclusão e violência enviando para um tratamento inadequado e desumanizado. Diz ainda que precisamos pensar em alguns clichês que quando reforçados constroem no imaginário como exemplo: A maconha é a porta de entrada para as drogas; as drogas são caminho sem volta; diz que isto fica como se fosse sem solução. Cita que precisamos ver pesquisas e utilizar dados precisos. Cita que precisamos discutir sobre Conferência Estadual sobre Drogas para poder fazer um processo de escuta ampliado. **Eliana** passa a palavra para **Filipe** diz que é conselheiro representando o PROAD da Unifesp, diz que é muito rico poder escutar os municípios e poder entender o que acontece na realidade. Os trabalhadores nos trazem o que realmente acontece na ponta. Diz que os trabalhadores não são envolvidos e os usuários menos ainda. O que ouvimos nos mostra como devemos fazer uma fiscalização mais efetiva, que a vulnerabilidade está presente de modo marcante no tema das drogas. Precisamos defender a política que realmente preserve o trabalhador. Diz que é essa tentativa que faz ele ocupar uma cadeira no conselho. Diz que defende a coisa pública. Diz que valoriza e reconhece o trabalho da presidência e do governo de poder trazer mais perto os representantes dos municípios. Diz que como sugestão devemos promover a participação dos conselhos também nas reuniões virtuais. Fala sobre a criação do Comitê de Prevenção (DECRETO Nº 68.330, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024) que não prevê a participação popular. Sugere que seja pauta na próxima reunião do conselho o decreto referente ao Comitê de Prevenção. Diz que Aldemyro fez uma solicitação por e-mail para que seja pautado na próxima reunião a questão do Comitê de Prevenção com a assinatura de diversas entidades. **Eliana** passa para o final da reunião agradecendo aos municípios que estiveram presentes e que contribuíram e nos enriqueceram quanto a conselheiros. Diz que as questões levantadas pelos conselhos municipais serão levadas para o Conselho discutir e trazer algumas alternativas para os problemas apresentados. **Lúcia** diz que essa continuidade de ações para fortalecer e criar os COMADS é muito importante. Cita que foi iniciado em sua gestão um trabalho cujo título era fortalece COMADS, e as reuniões descentralizadas pode alavancar o trabalho. Sabemos que São Paulo acaba sufocando e afastando a visão dos municípios. Cita que

 7 



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

a comissão que trata dos COMADS já está trabalhando para a próxima descentralizada que será em Campinas. Diz que algumas questões estamos nos deparando que apareceu na reunião do Conselho. Temos problemas complexos. Fala que a diversidade de soluções, o diálogo e a troca multisetorial é fundamental. Temos que trabalhar coletivamente olhando para o que a sociedade precisa. Lembra que na gestão anterior trabalhamos em um canal de denúncia para divulgar para a sociedade. Diz que a questão dos adolescentes é de suma importância. Eles estão abandonados a própria sorte. Cita que temos que nos debruçar sobre a questão. Cita que foi realizado um documento sobre esta questão. Fala também da construção sobre a construção dos Planos Estadual e municipais. Eliana fala que nossa próxima reunião será presencial dia 28/03. No dia 11/04 teremos o Seminário Drogas K e dia 25/04 a reunião descentralizada com os COMADS da Macrorregião de Campinas com 121 municípios. A Presidente agradece a presença de todos e passa para o Marcos encerrar. Marcos diz que antes disso passa a palavra para Laura que diz que se conseguimos saber sobre a pauta do Comitê e ter a garantia que na próxima reunião será tema de pauta. Eliana diz que ainda não recebeu o documento, mas deverá ser pauta da reunião de março. Marcos agradece a Presidente e a todos que participaram. Nada mais havendo, na qualidade de secretário, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.


Eliana Borges


Marcos Paulo de Oliveira Alves